

Estudo Técnico Preliminar 48/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08490.002989/2024-17

2. Descrição da necessidade

2.1. A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição, e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:

2.1.1. apurar infrações penais contra a ordem política e social;

2.1.2. apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;

2.1.3. apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

2.1.4. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

2.1.5. prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e

2.1.6. de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

2.1.7. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e

2.1.8. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

2.2. Atualmente, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado e identificado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional.

2.3. O Grupo de Pronta Intervenção (GPI) está diretamente envolvido nas operações policiais de risco diferenciado que exijam a utilização de armas, equipamentos e técnicas especiais, específicas e fundamentais à atuação, incluindo ações de primeira resposta face a atentados terroristas, prédios públicos federais, atuar em ocorrências no suporte tático a qualquer setor da SR/PF/SC ou em apoio a qualquer superintendência ao longo do território nacional, como em atividades de garimpo ilegal e soluções de conflitos indígenas e também em quaisquer missões demandas de pessoal especializado.

2.4. Os NEPOMs/GEPOMs (Núcleo Especial de Polícia Marítima) estão diretamente envolvidos nas operações policiais de risco diferenciado que exijam a utilização de armas,

equipamentos e técnicas especiais, específicas e fundamentais à atuação, incluindo ações de primeira resposta face a atentados terroristas, prédios públicos federais, atuar em ocorrência com negociação, no caso de autoridades federais nacionais praticados na área portuária, adjacências, instalações portuárias, no mar territorial brasileiro e demais vias navegáveis, a bordo, contra ou em relação a embarcações atracadas no porto ou fundeadas nas adjacências ou no mar territorial brasileiro, sem mencionar as atuações em ambiente noturno.

2.5. Sendo assim, carece a necessidade dos itens objeto desse ETP permitindo um enfrentamento mais seguro, pondo menos em risco a vida dos policiais e de outros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GPI/DREX/SR/PF/SC	FERNANDO DE CARVALHO LORENZETTI
NEPOM/DPF/IJI/SC	FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. As especificações e referências compreendem o mínimo necessário para atendimento da doutrina sob a qual atua o GPI . Tomou-se o cuidado de não se inovar nas especificações, que são o espelhamento das especificações de itens já adquiridos por outros grupos táticos da PF e dos órgãos do serviço público federal e cuja aplicação obteve sucesso e conformidade em seu uso e aplicação.

4.2. A contratada deverá:

4.2.1. Ser aprovado o item pela equipe técnica previstos no Termo de Referência e caderno de especificação técnica contido neste processo.

4.2.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2.3. Fornecedor de atestado de capacidade técnica para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto (aquisição de materiais táticos) desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de 50% das quantidades máximas em registro.

4.2.4. Apresentar, caso seja requerido, a equipe técnica amostra do item para avaliação.

4.2.5. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

4.2.6. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação.

4.2.7. Capacidade para entrega dos itens e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

5. Levantamento de Mercado

5.1. As especificações técnicas foram levadas a mercado não havendo crítica dos fornecedores em relação a restrição de competitividade. Também foram dispostos diversos procedimentos licitatórios que demonstram a utilização comum das soluções propostas por diversos órgãos da Administração Pública. Maior detalhamento em relação a aquisições atuais/recentes realizadas por outros órgãos podem ser constatadas conforme Mapa Comparativo de Preços

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Aquisição, por meio de licitação, de equipamentos diversos e uniforme de alto rendimento, tecnologia e especificidade, de uso restrito e aplicação nas operações e treinamentos de Grupos Especializados – GPI e NEPOMs é pertinente. Considerando que a Superintendência de Polícia Federal de Santa Catarina possui setor de licitação competente para realizar o certame. Recomenda-se, pelo princípio da economicidade a junção dos procedimentos para uma única compra, conforme as quantidades discriminadas neste processo.

6.2. O Decreto 11462/2023 o qual o regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, nos diz em seu artigo 3º: O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidasde a adquirir leva em consideração os despachos constantes no processo SEI 08490.002989/2024-17. Assim, seguindo estes parâmetros temos:

7.2. Tabela total :

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Boné - Padrão de camuflagem Multicam®	614121	unidade	32
2	Camisa manga longa segunda pele	607545	unidade	32
3	Capa para capacete Multicam®	465996	unidade	32
4	Algemas leves	344754	unidade	10
5	Porta algemas e outros objetos	283967	unidade	10
6	Luz IR e em LED	422686	unidade	32
7	Mochila multiuso para colete molle com hidratação	486645	unidade	32
8	Timer para marcação de tiro	246350	unidade	2
9	Pilhas CR123	419862	unidade	300
10	Cronógrafo de tiro digital	Unidade	unidade	2
11	Viseira para capacete	Unidade	unidade	12
12	Fone de comunicação	Unidade	unidade	6

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 413.729,55

8.1. A pesquisa de preço está fundamentada no art. 23 da Lei 14.133/2021, conforme demonstrado em Mapa Comparativo de Preços

8.2. A pesquisa de preço segue a IN SEGES/ME nº 65/2021 a artigo5. *IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou*

8.2.1. Os itens são bem específicos a atividade policial e não foram identificados no sistemas oficiais do governo e contratações similares com valores compatíveis com os de mercado.

8.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 413.729,55 reais apostos nas planilhas do mapa comparativo de preços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL UNITÁRIO
1	Boné - Padrão de camuflagem Multicam®	614121	unidade	32	R\$ 288,18	R\$ 9.221,60
2	Camisa manga longa segunda pele	607545	unidade	32	R\$ 596,50	R\$ 19.088,00
3	Capa para capacete Multicam®	465996	unidade	32	R\$ 1.425,00	R\$ 45.600,00
4	Algemas leves	344754	unidade	10	R\$ 512,40	R\$ 5.124,00
5	Porta algemas e outros objetos	283967	unidade	10	R\$ 365,63	R\$ 3.656,25
6	Luz IR e em LED	422686	unidade	32	R\$ 684,38	R\$ 21.900,27
7	Mochila multiuso para colete molle com hidratação	486645	unidade	32	R\$ 3.128,52	R\$ 100.112,53
8	Timer para marcação de tiro	246350	unidade	2	R\$ 1.706,50	R\$ 3.413,00
9	Pilhas CR123	419862	unidade	300	R\$ 29,00	R\$ 8.700,00
10	Cronógrafo de tiro digital	Unidade	unidade	2	R\$ 7.872,86	R\$ 15.745,73
11	Viseira para capacete	Unidade	unidade	12	R\$ 3.815,00	R\$ 45.780,00
12	Fone de comunicação	Unidade	unidade	6	R\$ 22.564,70	R\$ 135.388,17
TOTAL						R\$ 413.729,55

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. As melhores práticas nas compras realizadas pela Administração demonstram que uma contratação parcelada, de forma a propiciar mais itens, evitando a composição de diversos produtos em uma única possibilidade, amplia a competição e propicia uma contratação mais vantajosa para a administração, conforme disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. Via de regra os itens serão adquiridos em separado, premiando a ampla participação e competitividade, aumentando o possível rol de fornecedores interessados em participarem da licitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionados ao objeto pretendido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2024 /2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

11.1.1. Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional;

11.1.2. Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas; e

11.1.3. Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Equipar os policiais federais do GPI/DREX/SR/PF/SC e dos NEPOMs/GEPOM com equipamentos mais eficientes e eficazes que trarão maior proteção e segurança às atividades.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. As providências para adequação do ambiente do órgão dizem com ações de responsabilidade da Polícia Federal, quais sejam: local para guarda dos equipamentos - a cargo do GPI/DREX/SR/PF/SC ou do NEPOM/DPF/IJI/SC estrutura já existente e espaço disponível.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de impactos ambientais significativos resultantes da contratação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Conforme status atual do quadro de servidores do órgão e conforme histórico da solução, entende-se a solução em comento como viável para o atendimento da demanda exposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 08:22:43.

FERNANDO DE CARVALHO LORENZETTI

Membro da comissão de contratação